

são, o devedor fica obrigado (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a: Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado; Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto; Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão; Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego; Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

Data: 27-05-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Iolanda Pereira*. — O Oficial de Justiça, *Carla Fortes*.

303315762

TRIBUNAL DA COMARCA DO BOMBARRAL

Anúncio n.º 5841/2010

Processo: 444/09.2TBBBR

Ref.ª 470078

Insolvência Pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Repsol Portuguesa, S. A.
Insolvente: Silva e Aniceto Transportes de Mercadorias L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial do Bombarral, Secção Única de Bombarral, no dia 25-05-2010, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Silva e Aniceto Transportes de Mercadorias L.ª, NIF 504276743, Endereço: Rua do Urmal, n.º 1, Azambujeira dos Carros, 2540-000 Bombarral, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Vagner Fernandes Santos, estado civil: Desconhecido, Endereço: desconhecido.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Jorge Fialho Faustino, Endereço: Rua da Capela, 14, Benedita, 2475-109 Benedita

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36 do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do crédito, data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 28-07-2010, pelas 10:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

27 de Maio de 2010. — A Juíza de Direito, *Alexandra Dâmaso*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Dias Torres*.

303349045

Anúncio n.º 5842/2010

Processo: 275/10.7TBBBR

Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Insolvente: Mário António Marques Cipriano

N/Referência: 472804

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial do Bombarral, Secção Única de Bombarral, no dia 14-06-2010, pelas 09:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Mário António Marques Cipriano, Solteiro, com endereço: Rua da Paz, n.º 52, Cintrão, 2540-172 Bombarral, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeado o Dr. Jorge Fialho Faustino, com domicílio na Rua da Capela, 14 — 2475-109 Benedita.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter Pleno (alínea i do artigo 36.º — CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência no-

meado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 27-08-2010, pelas 12:00 horas, para a realização da reunião de Assembleia de Credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

14 de Junho de 2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Alexandra Dâ-maso*. — O Oficial de Justiça, *José Júlio Celas Fernandes*.

303379453

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE CASTELO BRANCO

Anúncio n.º 5843/2010

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência n.º 805/09.7TBCTB em que são:

Requerente (Apresentação): Albicastelo Comércio de Produtos Alimentares, L.ª, NIF — 506704319, Endereço: Trav. Cunha e Castro, 03, 1.º, Bº N Sr.ª do Valongo, Castelo Branco, 6000-000 Castelo Branco

Insolvente: Albicastelo Comércio de Produtos Alimentares, L.ª, NIF — 506704319, Endereço: Trav. Cunha e Castro, 03, 1.º, Bº N Sr.ª do Valongo, Castelo Branco, 6000-000 Castelo Branco

Administrador da Insolvência: António José Matos Loureiro, Endereço: Edifício Topázio, Sala 405, Rua de Olivença, Apartado 2015, 3001-601 Coimbra

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: ter sido declarado aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado e não ter sido requerido, em tempo, o complemento da sentença previsto no art.º 39.º n.º 2 alínea a) do CIRE, pelo que nos termos e ao abrigo do preceituado no art.º 39, n.º 7, al. b), foram declarados findos os autos.

Castelo Branco, 25/05/2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Raquel Massena*. — O Oficial de Justiça, *Maria Celeste Silva*.

303319464

Anúncio n.º 5844/2010

Insolvência pessoa colectiva (Apresentação) Processo n.º 485/10.7TBCTB

Insolvente: Agro-Vale do Lucriz — Empreendimentos Agro-Pec., Florestais e Cinegéticos, S. A.

Credor: Herança Aberta Por Óbito de António Ferro Morgado e outro(s).

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente — Agro-Vale do Lucriz — Empreendimentos Agro-Pec., Florestais e Cinegéticos, S. A., NIF 502093870, Endereço: R. Poeta João Ruiz, n.º 10, 1.º Esq., Castelo Branco, 6000-260 Castelo Branco.

Administrador da Insolvência — António José Matos Loureiro, Endereço: Edifício Topázio, Sala 405, Rua de Olivença, Apartado 2015, 3001-601 Coimbra

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra-identificado, foi designado o dia 02-07-2010, pelas 09:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) n.º 4 do Artigo 75.º do CIRE].

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

Data: 04-06-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Raquel Massena*. — O Oficial de Justiça, *Emília Carmona*.

303344655

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA

Anúncio n.º 5845/2010

Processo: 2579/09.2TJCBR Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Insolvente: Árvore das Diversões, L.ª

Faz-se público que, no 1.º Juízo Cível de Coimbra, nos autos de Insolvência acima identificados, em que é insolvente Árvore das Diversões — Exploração de Máquinas de Diversão, L.ª, NIF.505614421, c/sede na Rua Carlos Pinto Abreu, Lt. 13 Loja 11, Apt. 5104), 3041-901 Coimbra, nos quais desempenha funções de Administrador de Insolvência o Dr. António José Matos Loureiro, NIF. 155395475, c/ domicílio profissional no Edifício opázio — Escritório 405 Apartado 2015, 3001-601 Coimbra, por decisão de 12 de Maio de 2010, foi declarado encerrado. A decisão de encerramento do processo foi determinada por se ter verificado a insuficiência da massa insolvente para satisfação das custas do processo e demais despesas.

Data: 17-05-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Paula Cristina Santos*. — O Oficial de Justiça, *Manuel Bento*.

303292986

5.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA

Anúncio n.º 5846/2010

Processo: 2215/07.1TJCBR
Insolvência pessoa colectiva (Requerida)
N/Referência: 2358985

Data: 14-06-2010

Requerente: Scp Pool Portugal — Importação e Exportação de Equipamentos, L.ª

Insolvente: C. Lima Mayer, L.ª, NIF — 505382199, Endereço: Rua Carlos Seixas, N.º 269, 3030-177 Coimbra.

Administradora de Insolvente: Dr(a). Paula Peres, Endereço: R. Padre Américo, Edif. Marialva — 1.º J, 3780-236 Anadia.